

INSERINDO AS HABILIDADES MEDIADORAS DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO NO CICLO DE VIDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

*Thabyta Giraldelli Marsulo - UNESP
Mestranda em Ciência da Informação
thabytagm@hotmail.com*

*Ângela Maria Grossi de Carvalho - UNESP
Doutora em Ciência da Informação
angela@carvalho.jor.br*

Resumo: Considerando a ciência da informação um campo interdisciplinar buscamos enlaçar seus pressupostos teóricos aos do campo das políticas públicas em especial as de informação e tecnologia. Com o objetivo de destacar as habilidades específicas dos profissionais da informação sobre o ciclo de vida e o desenvolvimento de políticas públicas visando alavancar as características desses profissionais no âmbito público aproximando governantes e governados em uma discussão política produtiva, melhorando a sociedade em que se locam. O estudo apresenta características de pesquisa fundamental e aplicada. No primeiro caso nos interessamos pelas investigações do campo teórico e metodológico da Ciência da Informação que contribui para a validação das teorias propostas neste projeto, a compreensão dos sujeitos sociais no processo de atuação do profissional da informação no âmbito das políticas públicas, através da conexão do percurso histórico da ciência da informação e seus profissionais e o cenário político nacional, reforçando a importância do envolvimento do profissionais da ciência da informação na elaboração destas políticas.

Palavras-chave: Políticas públicas de informação e tecnologia. Profissional da informação. Avaliação de políticas públicas. Tecnologias de informação e comunicação.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a estruturação, representação, organização, disseminação e uso de conteúdos informacionais acompanha o desenvolvimento cultural da humanidade há séculos. Contudo, é na contemporaneidade, com a ruptura das barreiras de tempo e espaço propiciadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que essa preocupação adquire importância ainda maior, principalmente, depois do aparecimento da Internet e do ambiente World Wide Web (Web).

Essas tecnologias, cujas interfaces computacionais interferem nos modos de produzir e acessar informação propiciando o surgimento de um novo sistema hibridizado, em que homens e máquinas, pelas suas formas de interação, modificam, o fluxo informacional aumentando-o exponencialmente, tornam prementes ações que favorecem o efetivo acesso à informação e ao conhecimento, bens indispensáveis para o desenvolvimento global da humanidade.

Segundo Davenport e Prusak (1998) O conhecimento é a informação agregada, pois existe diante do contexto vivenciado por alguém, que deu a aquela informação sua interpretação e significado de modo a tornar-se mais valioso.

A sociedade da informação abarca todas as ferramentas e todas as oportunidades que as tecnologias vem proporcionando as pessoas nos últimos anos, colocando à disposição uma grande quantidade de informações e múltiplas formas de acesso a elas.

A mudança no modo como as pessoas se relacionam com a informação e seu impacto na sociedade se baseia na essência da Internet: sua dinâmica e sua capacidade de extinção das fronteiras para possibilitar o acesso global a diversos tipos de informação e onde encontrar a informação relevante é fundamental para que a mesma possa ser utilizada.

Com o apoio das TIC é possível criar sistemas e serviços avançados de informação e de prevenção de riscos sobre o meio ambiente como alerta e suporte às políticas públicas, estratégias empresariais e ações sociais.

A sociedade do conhecimento se baseia no uso compartilhado de recursos, na construção coletiva de conhecimento, na interação livre de restrições de espaço e tempo e, na valorização do direito à informação, às tecnologias de informação e comunicação e à educação, como um bem comum, assim a população passa a ter mais poder diante da reivindicação de seus direitos, uma vez que, a informação e o conhecimento, matérias-primas indispensáveis para a construção da nova sociedade.

Dziekaniak e Rover (2011, P. 7) apontam que a

[...] evolução das tecnologias da informação e comunicação e a sua invasão nos países periféricos, sem um compromisso sério dos Governos em repensar a nova economia, ou proposição e aplicação de novas formas de manutenção e gestão da sociedade como um todo, levando em consideração o grande impacto que as tecnologias da informação e comunicação trazem (*principalmente na geração de empregos e desenvolvimento social*), faz com que os inúmeros aspectos negativos ganhem terreno e coloquem a Sociedade da Informação em crise. Uma crise sem precedentes na história, dado que os aspectos que a desencadearam tendem a crescer exponencialmente e se desenvolverem. Enquanto por outro lado se percebe, senão a estagnação, pelo menos não a mesma preocupação dos governos frente à proposição de projetos e incentivos relativos à educação e à inserção da população neste novo contexto digital.

Nessa nova sociedade, as políticas públicas deviam traduzir em seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados as formas de exercício do poder político desta população, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder (e do conhecimento), o papel do conflito social nos processos de decisão e a distribuição de custos e benefícios sociais. (Teixeira, 2002)

Entretanto para que isso ocorra Levy (2010) aponta que na sociedade do conhecimento as pessoas devem ser preparadas e educadas para a interação com as informações: *“Não se deve fabricar pessoas que consomem informação previamente empacotadas por terceiros”*. Para o autor, a população tem de ser formada e habilitada para a interação crítica, a fim de compreender qual informação possui fonte fidedigna e ser capaz de encontrar a informação que procuram enquanto produzem informação para ser consumida, através da inserção do material contida nas fontes em seu contexto social específico, resultando em um movimento de troca, colaboração e complementação de conhecimentos, que alimenta o sistema.

Entretanto como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia.

Não existem dúvidas sobre o crescimento da área de políticas públicas na pesquisa acadêmica que se realiza atualmente no Brasil. Várias áreas do conhecimento, e não só a Ciência Política, vêm realizando pesquisas sobre o que o governo faz, ou deixa de fazer. Portanto, a academia, juntamente com órgãos governamentais e centros de pesquisa, estes últimos com tradição mais antiga na área, têm ampliado sua presença nos estudos e pesquisas sobre políticas públicas.

Ao entender as políticas públicas como diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado, é necessário um caminho de mão dupla entre os discursos de ambos os interessados o que, porém, nem sempre ocorre, devido a incompatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas.

A era digital vem impactando drasticamente o planejamento das atividades de gestão pública, exigindo que se efetue novas configurações para acomodar o uso da tecnologia, tanto para a armazenagem quanto para prover acesso às informações digitais disponíveis em redes de computadores e na web. Nesse processo de mudanças, a presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral, torna fundamental a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinetes governamentais

No âmbito da mediação o profissional da informação apresenta-se qualificado para atuar, sendo assim o presente projeto busca inserir o profissional da informação e suas habilidades mediadoras no processo de formulação e avaliação de políticas públicas, aproximando governantes e governados em uma discussão produtiva de melhoria da sociedade em que estão locados.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como de tipo exploratória, descritiva bibliográfica e analítica, possuindo uma abordagem qualitativa, abordando investigações do campo teórico e metodológico da Ciência da Informação que contribui para as políticas públicas: teorias, princípios, processos da Ciência da Informação, em especial da Organização da Informação, Representação da Informação, Mediação da Informação, Estudo de Usuários e de Comunidades e das Tecnologias de Informação e Comunicação no contexto da World Wide Web. Com relação à pesquisa aplicada, serão analisadas e identificadas nos ciclos de desenvolvimento de políticas públicas de informação e tecnologia as características e habilidades dos profissionais da informação que podem ser exploradas nesse contexto.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As políticas públicas vêm sendo definidas historicamente como um campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, cobrar ações de governos democráticos e constantemente avaliar essas ações propondo mudanças e adequações sempre que necessárias.

Considera-se que este ramo do conhecimento contou com quatro grandes fundadores: H. Laswell (1958), H. Simon (1957), C. Lindblom (1959) e D. Easton (1965), que apresentaram conceitos norteadores dos estudos de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos).

A definição mais tradicional vem de Lasswell em 1936 “Quem ganha o quê, quando e como”, o autor considerado como um dos pais da política pública assinala uma definição em que explana que esta ciência política pode ser pensada como um fluxo de decisões públicas, orientado ao equilíbrio social e condicionado pelas reações que o provocam.

Peters (1986) segue o mesmo raciocínio ao definir a política pública como soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de incumbências, e que influenciam a consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder

Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAIVA; FERRAREZI, 2006, P.28)

Souza (2006, p. 6) aponta que

[...] do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos.

Os objetivos das políticas têm uma referência valorativa e exprimem as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder, mesmo que, para sua legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados, dependendo assim da sua capacidade de organização e negociação.

Elaborar uma política pública significa definir *quem decide o quê, quando*, com que *consequências e para quem*. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, como grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público (TEIXEIRA, 2002, p.2).

O contexto de uma política pública envolve a cultura política, a opinião pública, os sistemas sociais e seu diversos interesse, o sistema econômico, o contexto institucional, as relações sociais e a separação dos poderes.

Trata do contexto político-social de surgimento da política, dos atores participantes. Volta-se mais ao esclarecimento de seu processo de construção do que da recomendação prática de como aprimorá-la, constituindo, na realidade, um campo de investigação mais propriamente acadêmico que a perspectiva técnica profissional em que se realiza a avaliação de programas. (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL..., 2013, p.14)

Todo contexto e os atores que nele se envolvem possuem um determinado interesse diante de uma política pública que muitas vezes não é comum aos do governo assim são necessários debates para se chegar a um consenso, tais debates são desenvolvidos nas chamadas arenas sociais.

As arenas sociais aparecem nos estudos de Lowi (1972) como um conceito abstrato

As arenas sociais não são um espaço físico, tampouco um espaço institucional como assembleias legislativas ou congresso nacional. Arenas são padrões de interação dos atores envolvidos em uma política pública, configurados a partir da combinação das

suas preferências e das suas expectativas quanto a ganhos e perdas em uma política potencialmente em fase de formulação. Em outras palavras arenas constituem uma certa disposição das forças políticas e das relações entre atores políticos em torno de uma política pública que pode vir existir. Com base nisso se mobilizam o conflito, as alianças e as negociações entre atores. (RUA, 2013, p.12).

Para a efetivação das políticas públicas, devem existir atores participantes, que normalmente podem ser categorizados em: representantes de instituições do Governo Federal, de governos estaduais e municipais, os atores do setor privado e demais organizações (associações e entidades de classe, organizações religiosas, partidos políticos, entre outros) e sociedade civil organizada. Líderes de opinião, doadores internacionais e provedores de assistência técnica também podem fazer parte desses grupos de influência. (BRUNACCI, 2014)

A própria definição do que seja uma política pública é histórico e amplamente discutida. No entanto, concorda-se que para que se tenha uma política pública, de fato, deve haver uma demanda-problema a fim de buscar, por meio da ação (ou inação) pública, uma resposta (ou resultado) que o solucione. Dessa maneira, as políticas públicas estão intimamente ligadas ao papel desempenhado pelo Estado e/ou outros atores, a fim de atender demandas públicas (REY, 2014, p.1).

Na Ciência Política, os atores são os indivíduos que desempenham um papel na arena política, estes se tornam relevantes para no processo de uma política pública, por ter capacidade de influenciar de maneira direta ou indireta o conteúdo e as ações de uma política deste caráter. (SECCHI, 2010).

Os atores podem ser caracterizados, para facilitar a distinção daqueles com características divergentes e agrupar os que possuam as mesmas características, assim é possível categoriza-los em atores individuais, os quais agem intencionalmente em uma arena e os coletivos, que são grupos e organizações que agem nessas arenas.

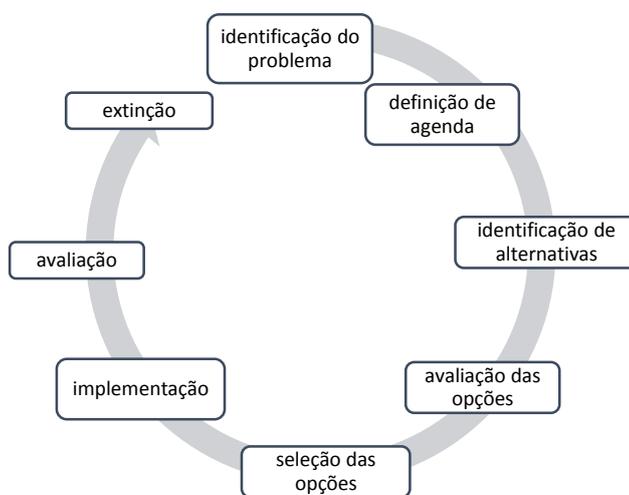
Ainda segundo Secchi (2010, p.100)

O fato de alguns atores aparecerem em uma mesma categoria não quer dizer que tenham um comportamento ou interesses em comum. A saliência de interesses de atores é idiossincrática ao contexto político em estudo. Um mesmo ator pode ter diferentes interesses em diferentes contextos, ou em fases diferentes de elaboração da política pública, da mesma forma que atores de uma mesma categoria podem ter interesses e comportamentos conflitantes.

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses, assim as políticas públicas se desenvolvem através de um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado.

O ciclo da política pública é constituído segundo Howlett e Ramesh em 1993, e tem como objetivo criar uma visualização e interpretação organizada da vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes dos seguintes estágios esquematizados na figura 1: identificação do problema, definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

Figura 1 – Representação do ciclo da política pública



Fonte: Howlett e Ramesh (1993)

A primeira fase focaliza os problemas, isto é, problemas entram na agenda quando se assume que algo deve ser feito a respeito destes. O reconhecimento e a definição dos problemas afetam a definição da agenda, apresentada como a segunda fase. A terceira fase se baseia na formulação de alternativas que o governo local aceita como provável solução para os problemas apontados, a quarta fase focaliza a política propriamente dita, ou seja, como se constrói a consciência coletiva sobre a necessidade de se enfrentar um dado problema.

Essa construção se daria via processo eleitoral, via mudanças nos partidos que governam ou via mudanças nas ideologias (ou na forma de ver o mundo), aliados à força ou à fraqueza dos grupos de interesse. Segundo esta visão, a construção de uma consciência coletiva sobre determinado problema é fator poderoso e determinante. A quinta fase se pauta nos possíveis efeitos que essa política apresenta, através da avaliação de sua eficiência e eficácia.

3.1 Atuação do profissional da informação no ciclo das políticas públicas:

Primeiramente esclarecemos, que o uso do termo profissional da informação neste projeto se refere aquele que adquire a informação, organiza, descreve, indexa, armazena, recupera, distribui tanto em sua forma original, quanto em produtos informacionais secundários.

No Brasil a formação de bibliotecários, arquivistas, documentalistas e museólogos segue em sua uma linearidade e ao longo do ensino superior estes são apresentados a uma visão gerencial e analítica da informação além da capacidade de monitorar informações e serem habituados a lidar com a inteligência competitiva e mediação, tais habilidades são requeridas no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

A atuação do profissional da informação no planejamento das atividades de gestão pública e na avaliação permite essa ponte, trazendo consigo a presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral, tornando fundamental a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e informacionais e não somente nos gabinetes governamentais.

A área de conhecimento denominada da "Ciência da Informação"(e suas modalidades pragmáticas, como a arquivística e a biblioteconomia) somente será reconhecida em sua utilidade social quando a mesma conseguir propor soluções para problemas de acesso à informação. Propor soluções novas para problemas tão

velhos quanto a própria humanidade supõe o domínio de princípios, teorias, regras gerais, ou seja, o domínio dos conceitos norteadores da Ciência da Informação, além da competência específica para, em função de contextos e situações específicas, conseguir avaliar as melhores soluções, saber implantá-las e avaliá-las criticamente em seu retorno para a sociedade. (SMITH, 2003, p.6)

Assim para associar o profissional da informação ao contexto das políticas públicas é importante ressaltar que

[...] as formas de atuação do Estado com relação aos elementos estruturais da Sociedade são cruciais, uma vez que suas políticas podem traçar o horizonte e definir os modos de interação dos indivíduos, grupos, organizações e instituições públicas e privadas, tanto no interior do Estado quanto fora de seus limites institucionais. (MIRANDA, 2000,p.4).

A Ciência da informação não nasce como uma ciência social, mas acaba adquirindo uma bagagem nesse contexto ao se importar com o registro e recuperação das informações.

Entre os primeiros autores a destacar a posição social desse campo da ciência estão Borko (1968), Wersing e Neveling (1975), apontando que a melhora na transferência do conhecimento por meio de um processo de disseminação e compartilhamento preciso de conteúdo, auxiliando o desenvolvimento de outras áreas.

A partir das observações apontadas, tornar-se-ia necessária, sob o olhar da Ciência da Informação como ciência transdisciplinar que se propõe encontrar soluções aos conflitos sociais entre ciências e tecnologias, a elaboração de métodos que proponham modelos teóricos capazes de produzir resultados de arquiteturas da informação simples o bastante para serem compartilhadas por todos, dadas as características de interatividade presentes na Web, e que, assim, venham a ser úteis em sua aplicação e contribuam para uma melhor condução da informação, elemento precioso em uma sociedade em que o conhecimento interativo é o seu caracterizador e o poder efetivamente usufruí-lo constitui condição essencial para a construção dos saberes e para o desenvolvimento de indivíduos no poder.

Nesse aspecto a atuação de um profissional capacitado para mediar informações e construir uma cultura para compartilhar conhecimento, criar ambientes para transferência de conhecimento tácito (Sveiby, 2000) de acordo com a necessidade de um público específico se torna essencial.

Os profissionais da informação usam diariamente essas habilidades nas suas atividades, como esclarecem Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2002) ao afirmar que o profissional da informação ou do conhecimento tem a habilidade de lidar com a informação e conhecimento, agregando valor aos mesmos, a fim de trabalhar com pessoas incentivando-as a participar da sociedade e exercer a cidadania.

Verificamos também a importância da inserção do profissional da informação na prestação de serviços ao cidadão quando Rajagopalan e Rajan fizeram uma interpretação, em 1984, das leis de Ranganathan para a Biblioteconomia, deduzindo, a partir delas, o que chamaram de "cinco leis da Ciência da Informação", atualizando, alargando e aprofundando os conceitos anteriores.

Porém o ponto de maior importância e relevância desta reinterpretação é que as cinco leis são centralizadas no uso e no usuário da informação, a segunda lei passa a ser denominada "a cada usuário sua informação" e se faz valer pelo princípio de fornecer informação correta e fazer uso da disseminação da informação, o requisito de o profissional ter cultura geral sólida para saber dar a cada usuário a informação desejada, atender a todos com imparcialidade, respeitando a pessoa humana.

A terceira lei no âmbito dos autores conduz à ideia de que informação criada/gerada deve ser dirigida para os usuários, ou a recapitulação da frase familiar: informação certa para o usuário certo. Cada elo, na cadeia de transferência da informação, do nível de geração ao de utilização deve ser envolvido criando o dinamismo da informação.

A organização de serviços de informação para fazer frente a requisitos específicos é, na verdade, o ponto crucial do manejo da informação, é de responsabilidade básica dos especialistas da informação constantemente inovar produtos e serviços para prover o conhecimento de direito a todo cidadão.

É importante ressaltar que as formas de atuação do Estado com relação aos elementos estruturais da Sociedade são cruciais, uma vez que suas políticas podem traçar o horizonte e definir os modos de interação dos indivíduos, grupos, organizações e instituições públicas e privadas, tanto no interior do Estado quanto fora de seus limites institucionais. (MIRANDA, 2000).

Para a maioria dos analistas, as mudanças no conteúdo e na metodologia das políticas públicas só se efetuarão com mudanças nas elites políticas, na composição do poder político. É certo que mudanças mais substantivas só podem ocorrer quando efetivamente se muda a composição do poder, mas pode-se obter conquistas sociais através da mobilização social, da ação coletiva, sobretudo, quando esta passa a ter um conteúdo de proposição, de debate público de alternativas e não de mera crítica. Para isso, é necessário que as proposições sejam legitimadas por um amplo consenso e que tenham uma abrangência maior que os interesses corporativos ou setoriais.

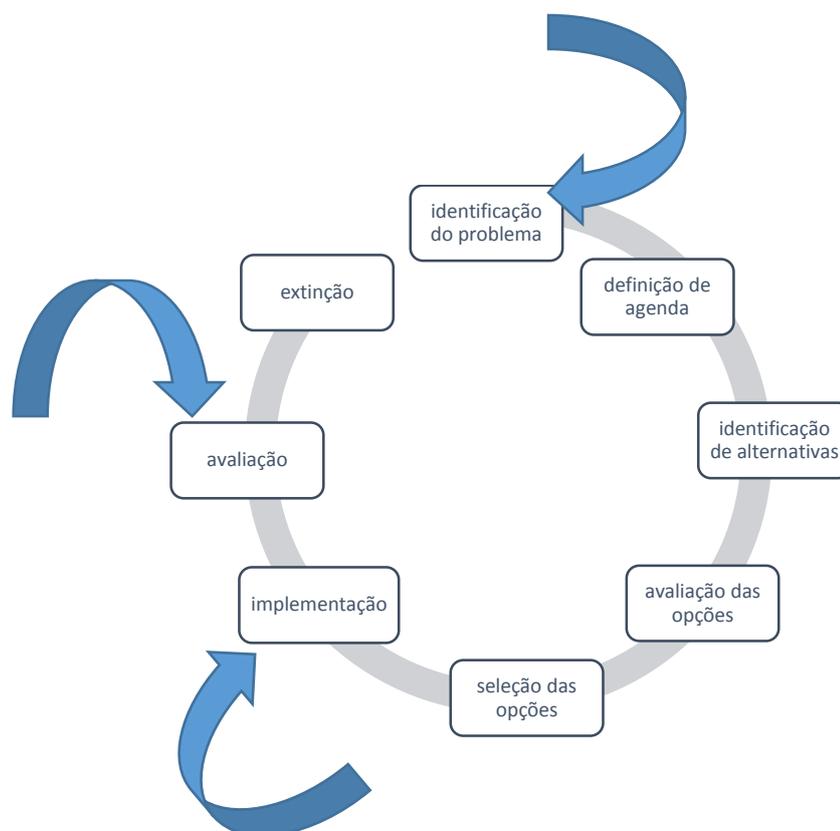
Observa-se que o desenho de muitas políticas públicas são verdadeiras caixas pretas, no sentido de abstração. Para se entender como certos bens e serviços são obtidos e como os atores estão envolvidos no processo é necessário que opere uma transparência para que a população entenda como os produtos e serviços anunciados correspondem as transformações do meio.

Nesse aspecto a atuação de um profissional capacitado para mediar informações e construir uma cultura para compartilhar conhecimento, criar ambientes para transferência de conhecimento tácito (SVEIBY, 2000) de acordo com a necessidade de um público específico se torna essencial.

Segundo Remeikis (1996), o profissional mediador atua como um “canal” para distribuir conhecimento pelas organizações e tem habilidades específicas de sua área e atendem às diferentes interações das várias áreas desta instituição.

Alguns elementos de conteúdo e de processo na estruturação das políticas públicas já estão claros, tais como: sustentabilidade, democratização, eficácia, transparência, participação, qualidade de vida. Esses elementos precisam ser traduzidos, contudo em parâmetros objetivos, para que possam nortear a elaboração, implementação e avaliação das políticas propostas, neste ponto o profissional da informação precisam, focar sua formação na transdisciplinariedade, permitindo que suas habilidades sejam potencializadas para atender uma determinada demanda social.

Enxergamos nesse ponto a intensa participação do profissional da informação nas fases de identificação do problema (1ª fase) no momento de finalização e implementação desta política (4ª fase) e no processo de avaliação (5ª fase), tais etapas necessitam da mediação entre os agentes formadores das políticas e a população beneficiada por elas.



O profissional atuará onde verifica-se a necessidade de habilidades de inteligência competitiva (1ª fase), para perceber os focos de conflitos e transformar dados avulsos em informação, assim apontando a direção a ser seguida.

Na fase do ciclo sociais no momento de finalização e implementação desta política (4ª fase) emprega-se a gestão da informação e suas capacidades e recursos informacionais para que o Estado administre as informações como um recurso estratégico fundamental para uma eficaz adaptação às mudanças, já no processo de avaliação (5ª fase), o monitoramento informacional é de extrema importância para o processamento de informações na forma de experiências e práticas documentadas e explicitadas, tanto no ponderamento de processos quanto no de resultados concretos alcançados. tais etapas necessitam da mediação entre os agentes formadores das políticas e a população beneficiada por elas

Entendem-se aqui como partes envolvidas as profissões que procuram tratar a informação, ou seja, bibliotecários, arquivistas, cientistas da computação, engenheiros de softwares dentre outros.

A organização de serviços de informação para fazer frente a requisitos específicos é, na verdade, o ponto crucial do manejo da informação, e é de responsabilidade básica dos especialistas da informação constantemente inovar produtos e serviços para prover o conhecimento de direito a todo cidadão.

4 CONCLUSÃO

Não existem dúvidas sobre o crescimento da área de políticas públicas na pesquisa acadêmica que se realiza atualmente no Brasil. Várias áreas do conhecimento, e não só a ciência política, vêm realizando pesquisas sobre o que o governo faz, ou deixa de fazer. Portanto, a academia, juntamente

com órgãos governamentais e centros de pesquisa, estes últimos com tradição mais antiga na área, têm ampliado sua presença nos estudos e pesquisas sobre políticas públicas.

Ao entender as Políticas públicas como diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado é necessário um caminho de mão dupla entre os discursos de ambos os interessados o que, porém, nem sempre ocorre, devido a incompatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas.

Os profissionais da informação usam diariamente essas habilidades nas suas atividades, como esclarecem Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2002) ao afirmar que o profissional da informação ou do conhecimento tem a habilidade de lidar com a informação e conhecimento, agregando valor aos mesmos, a fim de trabalhar com pessoas incentivando-as a participar da sociedade e exercer a cidadania.

Vários canais institucionais podem ser utilizados para o debate das políticas públicas, desde os Conselhos de Gestão, até espaços autônomos já em funcionamento ou a serem criados em áreas específicas a inserção do profissional da informação, nesse âmbito auxilia a todos os cidadãos o acesso a suportes informacionais, itens bibliográficos e conteúdos e que fomentam articulações e debates.

Na sociedade civil também há uma diversidade de interesses e de visões que precisa ser debatida, confrontada, negociada, buscando-se um consenso mínimo. Essa formulação hoje se torna complexa devido à fragmentação das organizações, apesar de algumas iniciativas de articulação em alguns setores.

Alguns elementos de conteúdo e de processo na estruturação das políticas públicas já estão claros, tais como: sustentabilidade, democratização, eficácia, transparência, participação, qualidade de vida. Esses elementos precisam ser traduzidos, contudo, em parâmetros objetivos, para que possam nortear a elaboração, implementação e avaliação das políticas propostas. Neste ponto o profissional da informação precisa, focar sua formação na transdisciplinariedade, permitindo que suas habilidades sejam potencializadas para atender uma determinada demanda social.

Os bibliotecários nos países do Terceiro Mundo precisam ampliar seu senso crítico sobre a política de informação e tecnologia, principalmente no que se refere à questão da transferência da informação. Além disso, os profissionais da área devem combinar sua experiência na linha de frente da prática com a perspectiva teórica dos estudiosos para a formulação conjunta de uma economia política mais inclusiva.

As mudanças sociais associadas as tecnologias mostram que as relações profissionais estão sujeitas a mudanças viscerais e todas elas afetam a questão comportamental do indivíduo. Percebe-se que já não há limites entre a esfera pública e o espaço privado.

Uma atuação consciente se faz valer pelo princípio de fornecer informação correta e fazer uso da disseminação da informação, o requisito de o profissional ter cultura geral sólida para saber dar a cada usuário a informação desejada, atender a todos com imparcialidade, respeitando a pessoa humana.

O imperativo tecnológico que vem expondo o desenvolvimento e aplicação de uma crescente gama de produtos e serviços de informação vindos de dentro e de fora da Ciência da Informação, com crescente competição tornando como o ponto crucial do manejo da informação, a responsabilidade básica dos especialistas da informação constantemente inovar produtos e serviços para prover o conhecimento de direito a todo cidadão.

A atuação do profissional da informação no planejamento das atividades de gestão pública e na avaliação permite essa ponte, trazendo consigo a presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral, tornando fundamental a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e informacionais e não somente nos gabinetes governamentais.

Nesse caminho, as condições de desenvolvimento da própria sociedade indicarão suas possibilidades de assimilação das novas tecnologias e do seu nível de entendimento do valor dessa

absorção para o progresso científico e tecnológico tornando-o um profissional multifacetado capaz de transformar realidade sociais através dessa mediação política.

INSERTING THE MEDIATING SKILLS OF INFORMATION PROFESSIONALS IN THE LIFE CYCLE OF PUBLIC POLICIES

Abstract: *Considering the information science an interdisciplinary field seek to ensnare the assumptions to the field of public policies in particular information and technology. Aiming to highlight the specific skills of information professionals on the life cycle and the development of public policies to leverage the features of these professionals in the public approaching rulers and the ruled in a productive political discussion, improving the society in which they live. The study presents fundamental and applied research characteristics. In the first case we are interested by the investigations of theoretical and methodological field of Information Science that contribute to the validation of the proposed theories in this project, understanding of social subjects in the professional practice of process information within public policies through the connection historical development of information science and its professionals and the national political scene, reinforcing the importance of the involvement of information science professionals in the preparation of policies.*

Keywords: *Public policy and information technology. Information professional. Evaluation of public policies. Information technology and communication.*

REFERÊNCIAS

BORKO, H. **Information Science: What is it?** American Documentation, v. 19, n.1, p. 3-5, Jan. 1968. Disponível em: <http://aprender.unb.br/course/view.php?id=3530> Acesso em 20 jul. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil e América Latina:** apontamentos conceituais, considerações metodológicas e reflexões sobre as práticas; Jeni Vaitsman (orgs.). Brasília, DF: MDS; SAGI, 2013.

BRUNACCI, M.P. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Organizadora). **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico.** São Paulo: Saraiva, 2006.

DAVENPORT, T. H., PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DZIEKANIAK, G.; ROVER, A. Sociedade do Conhecimento: características, demandas e requisitos. **DataGramZero – Revista de Informação,** v. 12, n.5, out/2011. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out11/F_I_art.htm>. Acesso em: 05 out. 2014.

EASTONE, D. **A Framework for Political Analysis.** Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.

HOWLETT, M. and M. RAMESH (2003). **Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems,** Toronto, Oxford University Press.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How.** Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

Biblionline, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 206 – 217, 2015

LEVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: p. 34, 2010.

LINDBLOM, C. E. "The Science of Muddling Through", **Public Administration Review** 19: 78-88. 1959.

MIRANDA, A. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, Aug. 2000.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham: Chatham House, 1986.

RAJAGOPALAN. J.S., RAJAN, T.N. Use of information in science and research with emphasis on national development some Indian experiences. **International Forum on Information and Documentation**, v.9, n.3, p. 3-9, 1984.

REMEIKIS, Lois A. Knowledge management – roles for information professionals. **Business & Finance Division Bulletin**, Chicago, n. 101, p. 41-43, winter 1996.

REY, Lucas Antonio Penna. Decisão de políticas públicas e as visões contemporâneas da democracia. **Revista Jus Navigandi, Teresina**, ano 19, n. 4157, 18 nov. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/34022>>. Acesso em: 20 out. 2015.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Disponível em: <<http://projetos.dieese.org.br/projetos/SUPROF/Analisepoliticaspublicas.PDF>>

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. **Rev. adm. contemp. Curitiba**, v. 15, n. 6, p. 1194, 2010.

SIMON, Herbert. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID. 1957.

SVEIBY, Karl Erik. Métodos para avaliar ativos intangíveis. Disponível em: http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n2/rev_fae_v7_n2_01.pdf Acesso em: 20 jul. 2015.

SMIT, Johanna W. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das Ciências da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 8, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/include/getdoc.php?id=380&article=136&mode=pdf>.

SOUZA, C. M. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, 2006 v.16, p.20 a 45.

TARAPANOFF, K.; SUAIDEN, E.; OLIVEIRA, C. L. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.3, n.5, out. 2002.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Disponível em <http://www.aatr.org.br/papelpp.pdf>; Acesso em 22 de Novembro de 2014.

WERSIG, G.; NEVELING, U. **Os fenômenos de interesse para a ciência da informação**, 1975. Tradução do inglês por Tarcísio Zandonade. Disponível em: <http://www.alvarestech.com/lillian/GestaoDaInformacao/Rogério/WersigNeveling.pdf>. Acesso em 20 jul. 2015.

Biblionline, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 206 – 217, 2015